



PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA FEDERAL
SEÇÃO JUDICIÁRIA DO RIO DE JANEIRO

MEMÓRIA DE REUNIÃO Nº TRF2-MRU-2022/00031

Rio de Janeiro, 22 de março de 2022.

Objetivo da reunião: Apresentar Relatório de Desempenho PLS 2021. Orientar Plano de Ações - PLS 2022/2026

Horário e local: 14h - Sala Virtual

Assunto: Gestão Ambiental

Participantes	Função/Cargo	Unidade
Ana Carolina Vieira de Carvalho	JUIZ FEDERAL	01VF-MA
Claudia Coutinho Gomes	Coordenador(a)	COGESA
Taís Penna de Queiroz	ANALISTA JUDICIÁRIO(A)	COGESA
José Fernando Coelho Val Quintans Junior	TÉCNICO(A) JUDICIÁRIO(A)	COGESA
Tatiana Zoghaib Tanure	Assessor(a)	AGOV
Isaac Leonardo Carriço	Assessor(a) Administrativo(a)	ASIE
Vera Lucia de Castro Nunes	Diretor(a) de Secretaria	SGP
Carlos Adalberto Palla	Diretor(a) de Secretaria	SIE
Tainá Lima Miranda	ANALISTA JUDICIÁRIO(A) /ENFERMAGEM	SERSAU
Andre Luiz Rossi Ferraz	ANALISTA JUDICIÁRIO(A)	CEGESC
Felipe Soeiro Teixeira	Diretor(a) de Divisão	DISAU
Moama Mahin de Souza	Coordenador(a)	CEDUC
Fernanda D'Almeida Morais	TÉCNICO(A) JUDICIÁRIO(A)	SEDESV

Pauta

1. Abertura e considerações iniciais



Assinado com senha por ANA CAROLINA VIEIRA DE CARVALHO.
Documento Nº: 3373265-2095 - consulta à autenticidade em
<https://siga.jfrj.jus.br/sigaex/public/app/autenticar?n=3373265-2095>

Classif. documental

00.03.00.01



TRF2MRU202200031A

PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA FEDERAL
SEÇÃO JUDICIÁRIA DO RIO DE JANEIRO

A Juíza Federal Dr.^a Ana Carolina Vieira de Carvalho, Presidente da Comissão Gestora do Plano de Logística Sustentável - CGPLS, abriu a reunião e passou a palavra à servidora Cláudia Coutinho, Coordenadora da COGESA, que expôs a pauta da reunião aos presentes: 1) Relatório de Desempenho do PLS de 2021; 2) Plano de Ação do PLS 2022/2026.

2. Apresentação do Relatório de Desempenho do PLS de 2021

Em seguida, a Coordenadora da COGESA iniciou a apresentação do Relatório de Desempenho do PLS 2021. Foi relatado que no que tange ao tema Papel, a meta estabelecida de redução de consumo de resmas de papel no índice de 10% entre os anos de 2020 e 2021 foi superada, apresentando o resultado de 46% de redução. No tema Copo Descartável, em que pese um pequeno aumento no consumo em relação a 2020, devido ao retorno parcial das atividades presenciais no tribunal, houve uma grande redução quando são comparados os números de 2021 com os de 2019. Quanto ao consumo de Água Envasada, houve um aumento no consumo em relação a 2020 devido ao retorno parcial do trabalho presencial. As reduções no consumo foram verificadas ainda nos temas Impressão e Energia Elétrica, esta com redução de 43% em relação a 2019, quando foi grande o impacto do trabalho remoto imposto pela pandemia. Na Gestão de Resíduos, foi verificada uma redução na destinação de quase todos os resíduos gerados pelo tribunal se comparado com 2019.

Prosseguindo com a apresentação, foram abordados três temas que não tiveram metas estabelecidas na última revisão do PLS em 2020: Reformas e Construções, Limpeza e Vigilância. Quanto ao segundo foi verificada uma redução nos gastos com contratos de serviço de limpeza em relação ao ano anterior e quanto ao terceiro houve uma redução de 19% nos gastos em relação a 2019.

No tema Telefonia foi verificado um aumento dos gastos, considerando que na pandemia os serviços de telefonia passaram a ser mais requisitados, pois a maioria dos servidores trabalharam remotamente. O servidor Isaac Leonardo Carriço, Assessor da ASIE, unidade responsável pelos indicadores sobre esse tema, explicou que houve uma redução no número de linhas fixas que não gerou um reflexo direto nos gastos. Na telefonia móvel, houve um aumento de gastos pela necessidade de atualização dos celulares. A assessora Tatiana Tanure, Assessora da AGOV, destacou que devido ao trabalho remoto instituído em razão da pandemia houve redirecionamento dos ramais das unidades para os celulares dos respectivos servidores responsáveis, o que resultou em aumento dos gastos.

Ato contínuo, foram apresentados os resultados dos indicadores dos temas Veículos e Combustíveis, ambos com reduções em relação ao ano de 2019.

No tema Qualidade de Vida foi registrada uma redução do número de ações, em razão da suspensão das ações de qualidade de vida durante o período de pandemia. No tema Capacitação em Sustentabilidade verificou-se um aumento do número de ações de capacitação. A coordenadora da CEDUC, Moama Mahin, expôs que a chegada da pandemia em 2020 prejudicou o número de capacitações naquele ano, pois houve a necessidade de adequação ao novo cenário. No entanto, em 2021 houve um aumento significativo no número de ações.

Finda a apresentação foi aberto espaço para críticas e sugestões sobre o relatório.

O Diretor da Divisão de Saúde (DISAU), Dr. Felipe Soeiro, ressaltou que a redução de circulação de pessoas no Tribunal durante o ano de 2021 influenciou na redução das ações de qualidade de vida.

A Diretora da SGP, Vera Nunes, sugeriu a revisão das ações de qualidade de vida, que foi acolhida pela Comissão com prazo estabelecido até o final da tarde do dia.



PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA FEDERAL
SEÇÃO JUDICIÁRIA DO RIO DE JANEIRO

O Diretor da SIE, Carlos Adalberto Palla, sugeriu alteração na parte que trata do tema Reformas e Construções em relação à acessibilidade, pois esclareceu que há outras ações que se encontram em execução no Tribunal e não constam no relatório. Por outro lado, a ação de instalação de piso podotátil não está sendo executada no momento. A SIE se comprometeu em enviar uma proposta de texto com as alterações mencionadas.

Posto isto, passou-se para o 2º tópico da pauta a ser analisado: Plano de Ações do PLS 2022/2026.

3. Plano de Ações do PLS 2022-2026

A coordenadora da COGESA, Cláudia Coutinho, informou aos presentes os próximos passos no processo de elaboração do referido plano. Ficou acordado que nos próximos 15 dias, os gestores das áreas envolvidas irão analisar as possíveis ações, cronogramas e formas de implementação do PLS, tendo como base as discussões iniciadas em 2021 durante as reuniões de elaboração do PLS 2022-2026.

4. Conclusão

A comissão aprovou o relatório de desempenho com as devidas alterações.

Encerrou-se os trabalhos as 14h46min do dia 22 de março de 2022.



PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA FEDERAL
SEÇÃO JUDICIÁRIA DO RIO DE JANEIRO

- assinado eletronicamente -

ANA CAROLINA VIEIRA DE CARVALHO
Juíza Federal Presidente da Comissão Gestora do Plano de Logística Sustentável
Tribunal Regional Federal da 2ª Região



Assinado com senha por ANA CAROLINA VIEIRA DE CARVALHO.
Documento Nº: 3373265-2095 - consulta à autenticidade em
<https://siga.jfrj.jus.br/sigaex/public/app/autenticar?n=3373265-2095>



TRF2MRU202200031A